

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

P855p Pós-Colonialismo e Literatura: questões identitárias nos países africanos de língua oficial portuguesa / Marcos Paulo Torres Pereira et al. (organizadores) – Macapá : UNIFAP, 2017  
349 p.

ISBN: 978-85-62359-61-3

1. Literatura. 2. Pós-Colonialismo. 3. Identidade. I. Marcos Paulo Torres Pereira. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD: 800  
CDU: 821.134.3

Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

## O Eu e o Outro ou “eu quero saber se meu cabelo é igual ao seu”

Marcos Paulo Torres Pereira

Aquilo que somos não é o simples cumprir de um destino programado nos cromossomas, mas a realização de um ser que se constrói: em trocas com os outros e com a realidade envolvente.

(Mia Couto)

Em 23 de maio de 2012, o jornal *The New York Times* publicou um artigo que contava a história de uma fotografia realizada em maio de 2009 (cinco meses após Barack Obama ter sido empossado à Casa Branca), que despertaria uma série de relações e significados.

Um garotinho, Jacob Philadelphia, aparecia na foto tocando a cabeça do presidente Obama, após ter-lhe inquerido se seu cabelo era igual ao dele. Obama se inclinara dizendo “por que não toca e vê você mesmo?”, ao que o garoto hesitou, para ser novamente incentivado pelo presidente: “toca aí, rapaz!”.

O desejo do infante fora motivado por uma necessidade de confirmação identitária, por um desejo de alteridade na necessidade dialógica de constituição do sujeito através do outro. Jacob era negro e se encontrava com um outro que ocupava um cargo que até então fora amoldado em padrão fixo: ser ocupado por homens brancos. O sujeito que estava a sua frente quebrantava esse padrão, era um negro assim como ele.



Jacob necessitava comprovar a similitude, a identidade<sup>1</sup> com este Outro que lhe aparecia, talvez como forma de atestar o “Yes, we can” que fora o “slogan” empregado por Obama durante a campanha presidencial de 2008, que trazia em sua essência uma evocação identitária direta por mudança, por transformação social, desde que todos estivessem unidos por um desejo comum.

A natureza de subjetivação identitária, que julga se aquilo que foi observado é ou não mais acessível, se é mais conhecido ou remoto, ou seja, próximo ou distante, Eu ou Outro, é condicionada por envolvimento, pois a percepção da existência do outro requer que a operação mental que se instaure o aceite ou o negue como um semelhante, como um pertencente, como um que seja passível de identificação, por isso o desejo – mais, a necessidade! – da criança em saber se o seu cabelo era igual ao do presidente, pois, constatando-se que sim, gerar-se-ia envolvimento com aquele outro que

---

<sup>1</sup> O conceito de identidade se traduz como um mosaico, como esferas de representação nas quais sinais étnicos, sociais, históricos, geográficos, culturais, religiosos, dentre outros, eleitos de forma subjetiva (porquanto submetidas à apreciação e à aprovação), refletem a imagem que os indivíduos fazem de si mesmos e de seu lugar na sociedade, possibilitando aproximação por similitude e pertencimento àqueles que se reconhecem mutuamente nas mesmas esferas de representação e distinção àqueles que não se reconhecem.

A identidade se caracteriza como entidade abstrata, porém indispensável como convenção social (uma convenção socialmente necessária), como ponto de referência, pois se torna “abrigo” para os indivíduos nas relações e inter-relações sociais, numa essência utilitária na qual se agregam inúmeros expositores de referênciação.



então se observava, permitindo-se o estabelecimento de projeções de esferas de representação que deflagrariam comunhão e pertencimento, num princípio de subjetividade porque o lugar da experiência é o sujeito.

A ação, fora do contexto e com outras personagens, teria até certa candura, certa ingenuidade, se não fosse a representação coletiva que lhe era imanente, que transformou uma ação comum no centro de uma rede de relações cuja potencialidade coordenaria fenômenos de mediação simbólica e identitária entre representações e práticas sociais.

Para Paul Ricoeur (2006, p. 149), as representações são “mediações simbólicas que contribuem para a instauração do vínculo social; elas simbolizam identidades que conferem uma configuração determinada a esses vínculos sociais em instauração”. O “Yes, we can” buscava instaurar esse vínculo, buscava instaurar um reconhecimento através de mediações simbólicas... E é sobre identidades e mediações que o moçambicano Mia Couto escreveu em “E se Obama fosse africano?”, publicado originalmente no jornal Savana, de Maputo, e depois agregado em livro com outras “interinvenções”<sup>2</sup> pela Caminho (Portugal) e Companhia das Letras (Brasil).

O texto se inicia com a euforia do autor pela vitória de Obama à presidência dos EUA, ressaltando que aquela emoção não era apenas sua, mas também dos africanos, porque no discurso de vitória “o novo presidente norte-

---

<sup>2</sup> O termo “interinvenções” é um neologismo que remete a só tempo às ideias de ação, de posicionamento de opiniões e de criação. Mia Couto (2009, p. 10) adverte: “este não é um livro de ficção. Os textos que aqui se reúnem cumprem a missão de intervenção social que a mim mesmo me incumbo como cidadão e como escritor”.



americano não era apenas um homem que falava. Era a sufocada voz da esperança que se reerguia, liberta, dentro de nós” (COUTO, 2009, p. 209).

A identificação do africano com o presidente dos EUA se erigiu através do reconhecimento de um com o outro, mediante apreciação e aprovação, da mesma forma que se dera com o garotinho Jacob Philadelphia, no exercício de subjetividade na construção de uma esfera de representação que abarcava esse outro naquilo que o africano elegera como representação de si e de seu lugar. A esperança que Mia Couto sentia era aquela do “Yes, we can”, a da igualdade, a da participação, porque

a vitória de Obama não foi a de uma raça sobre outra: sem a participação maciça dos americanos de todas as raças (incluindo a da maioria branca) os Estados Unidos da América não nos entregariam motivo para festejarmos. (COUTO, 2009, p. 209-210)

Mia Couto se reconhecia nessa vitória de Obama, comparando a felicidade que então sentia com aquela que lhe adveio da libertação de Mandela e de sua eleição como estadista sul-africano, na consolidação de “um caminho de dignificação para África” (2009, p. 209).

O enxerto faz alusão à atuação de Mandela contra o regime segregacionista racial do Apartheid, que cerceou os direitos da maioria dos habitantes da África do Sul, quando, a partir de 1948, a minoria branca que dominava o país, dada a herança colonial, institucionaliza a segregação da população em “brancos”, “negros”, “de cor” e “indianos”, o dito *desenvolvimento em separado*, que literalmente segregou a população em áreas residenciais específicas de acordo com a raça.



Nos grupos sociais convergem referenciais de formas de justificação ético-jurídicas que fundam o poder de agir sob o epíteto de capacidade social. Esse poder é legitimado pela ideia de justiça social, pois os liames que o caracterizam são balizados por aquilo que o grupo elegeu como necessário, como certo à manutenção de seu status. A “justiça social” que se instaurara com o Apartheid era aquela que se destinava unicamente à manutenção de uma herança discriminatória colonial, erigida sobre alicerces racistas que reduziam o Outro a um conjunto limitado de caracteres, estereotipados, numa negação de alteridade, pois o espírito colonial “gira em torno da ideia do homem com sua imagem alienada” (BHABHA, 2013, p. 83), tornando o Outro em inferior, em um que nunca poderia ser reconhecido como igual por aquele que o domina... A posse, ulterior ao colonialismo, impede que o dominante se iguale ao dominado, impede que se instaurem identidades.

A identidade potencializa o indivíduo: inserido no grupo, ele recebe uma chancela para atuar nas práticas sociais que, em essência, constituem-se como representações solidárias, um poder de agir que concentra componentes da ação comunal, matizados por esferas de representações nas quais o grupo se insere. Em outras palavras, quando práticas sociais requerem que se fundem, estabeleçam ou se concretizem vínculos sociais, as representações (nas modalidades de identidade que as caracterizem) atuam como mediações simbólicas, influenciando as escolhas conscientes e/ou inconscientes que originarão tais práticas<sup>3</sup>.

Nesses termos, antes de Obama seria uma considerável composição teórica a eleição de um negro à presidência dos

---

<sup>3</sup> “A vida cotidiana exhibe uma ‘constelação de delírio’ que medeia as relações sociais normais de seus sujeitos”. (BHABHA, 2013, p.82)



Estados Unidos da América, dado o legado racista de seu colonialismo, que construiu a imagem do afro-americano em estereótipos de negação daquilo que aos brancos fosse representativo<sup>4</sup>.

O estereótipo é por natureza uma ação política de manutenção do poder, pois impede que o Outro possa exercer a chancela de atuação social. Numa estratégia de instauração e preservação de poderes, a maioria branca (que por fatores econômicos, históricos etc. dominou a população negra do país<sup>5</sup>) elegeu representações simbólicas que determinavam traços ou características que, além de identificarem o Eu, geravam um artefato, um repositório do que seria (para o branco) o negro, numa afirmação de si e exclusão do outro (“o Outro não sou Eu”). Sobre o tema, escreveu Homi Bhabha<sup>6</sup> (2013, p. 80):

A presença negra atravessa a narrativa representativa do conceito de pessoa ocidental: seu passado amarrado a traiçoeiros estereótipos de primitivismo e degeneração não produzirá uma história de progresso civil, um espaço para o Socius; seu presente, desmembrado e deslocado, não conterà a imagem de identidade que é questionada na

---

<sup>4</sup> O racismo gera uma imagem alienada, “não o Eu e o Outro, mas a alteridade do Eu inscrita no palimpsesto perverso da identidade colonial”. (BHABHA, 2013, p. 83)

<sup>5</sup> “Nos EUA, por exemplo, a lei da naturalização de 1795 determinou que qualquer estrangeiro, se fosse uma pessoa branca e livre (isto é, não escrava) poderia se tornar um cidadão norte-americano, negando a cidadania, entre outros, aos índios (os ‘Native Americans’), que habitavam o território antes da chegada dos europeus”. (JOBIM, 2006, p. 195)

<sup>6</sup> O conceito dessa prerrogativa em Homi Bhabha se dá mediante releitura de Frantz Fanon (1925-1961), intelectual martiniquense dos movimentos de descolonização na África, autor de *Pele negra, máscaras brancas* (1952).



dialética mente/corpo e resolvida na epistemologia da aparência e realidade. Os olhos do homem branco destroçam o corpo do homem negro e nesse ato de violência epistemológica seu próprio quadro de referência é transgredido, seu campo de visão perturbado.

A Netflix<sup>7</sup> lançou neste ano de 2016 o documentário *13<sup>o</sup> Emenda*, da diretora Ava DuVernay, cujo título se refere à emenda da Constituição dos EUA que vaticina o fim da escravidão do país. O filme se inicia com fala de Barack Obama proferida em 17 de outubro de 2015, quando pediu ao Congresso dos EUA reforma do sistema de justiça penal, o qual considerava falho por as penas não serem proporcionais ao delitos. No dia 02 de novembro do mesmo ano, conforme reportagem de Alessandra Corrêa (2015), Obama não somente repete a frase, “Os Estados Unidos abrigam 5% da população mundial, mas os 25% dos presos do mundo”, mas a complementa: “E eles são desproporcionalmente negros e latinos”.

De uma forma muito clara, o documentário comprova as ideias postuladas por Bhabha, ao expor o preconceito racial de seu sistema de justiça, inter-relacionando, em primeira instância, o contexto histórico, econômico e social do pós Guerra Civil a uma cláusula da Emenda que afirma que a escravidão será permitida unicamente “como castigo por um crime”. A premissa apresentada é bastante direta: I. Após a Guerra Civil americana, os escravos foram libertos, gerando problemas econômicos aos estados do sul; II. Encontraram na brecha da 13<sup>a</sup> emenda uma forma de providenciar a mão-de-obra para o trabalho; III. A fim de justificar a prisão de afro-americanos, imbuí-lhes uma pecha de criminalidade; IV.

---

<sup>7</sup> Provedora de filmes, documentários e séries de televisão via streaming (forma de distribuição de dados em fluxo de mídia através de pacotes). <https://www.netflix.com>.



O estigma racial da criminalidade ainda hoje permanece no país, fazendo com que a população carcerária americana seja desproporcional de não-brancos (negros e latinos).

Numa instância mais ampla, a obra aponta um racismo estrutural do país, alicerçado no estereótipo de primitivismo e degeneração do negro como criminoso, o que possibilitou aos estados do sul do país reconstruir sua economia através do trabalho de prisioneiros, num regime escravocrata que ainda persistiria dado o encarceramento desproporcional de negros norte-americanos. Uma das vozes ouvidas no documentário é de Jelani Conn, Professor de estudos afro-americanos da University of Connecticut:

Se vocês analisarem a história dos vários problemas dos negros deste país, o tema que os conecta é a tentativa de ser entendido como um ser humano íntegro e complexo.

Nós somos mais do que a imagem visceral de criminalidade, o perigo e a ameaça aos quais as pessoas nos associam.

Nesse panorama de segregação, de racismo estrutural, a eleição de Obama adquire novos significados, daí a alegria de Mia Couto e daqueles que viam nesse histórico acontecimento um marco de esperança, um caminho de dignificação análogo ao que Mandela representava. Entretanto, mesmo na alegria, o moçambicano não poderia se eximir de analisar – e questionar – os “cabelos diferentes” em África que teimavam em se considerar iguais, aqueles que teimavam em chamar de “nosso irmão” o recém-eleito presidente americano: “estarão todos esses dirigentes sendo sinceros? Será Barack Obama familiar de tanta gente politicamente tão diversa?” (COUTO, 2009, p.210).

Em resposta, Couto efabula uma condição que servisse para desconstruir essa ambivalência de identificação oriunda



do “nosso irmão”, transportando dos EUA para África a figura de Obama a fim de denunciar a condição política do continente, que obstrui o bem público em prol daqueles que são donos do poder, “que fazem da governação fonte de enriquecimento sem escrúpulos” (COUTO, 2009, p.213).

Munido dessa proposição e de um texto que lhe chegara às mãos (*E se Obama fosse camaronês*, de Patrice Nganang), Couto questiona: “e se Obama fosse africano e candidato a uma presidência africana?”.

As respostas a esse questionamento definem a impossibilidade de acontecer em África o que se dera nos EUA, pois o contexto político, histórico, social e econômico se tornaria condicionante de impedimento ao poder de agir: o Obama africano estaria fora das esferas de representação que lhe justificariam a capacidade social, seus cabelos seriam muito diferentes daqueles que dominavam o poder no continente.

Para Petar Petrov (2014), o projeto literário de Mia Couto erige-se na experiência e na observação de temáticas representativas do imaginário cultural africano, inserindo-se nas chamadas literaturas pós-coloniais<sup>8</sup>.

Se o “Pós-colonialismo” pode ser compreendido como o discurso de contestação acerca da dominação colonial, apresentando a tensão entre a metrópole (que se coloca como centro) e os países colonizados (forçados a lhes ser margem),

---

<sup>8</sup> Thomas Bonnici (2012, p.19-20) define tais literaturas como “toda a produção literária dos povos colonizados pelas potências europeias entre os séculos 15 e 21. Portanto, as literaturas em língua espanhola nos países latino-americanos e caribenhos; em português no Brasil, Angola, Cabo Verde e Moçambique; em inglês na Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Índia, Malta, Gibraltar, ilhas do Pacífico e do Caribe, Nigéria, Quênia, África do Sul; em francês na Argélia, Tunísia e vários países da África, são literaturas pós-coloniais”.



assim como pode ser compreendido também como o olhar crítico à permanência da herança colonial, torna-se fácil seguir a lógica argumentativa das críticas de Mia Couto a identidade ambivalente a Barack Obama: de um lado, “pessoas anônimas, cidadãos comuns [que] quiseram testemunhar a sua felicidade” (2009, p. 210) pela esperança de igualdade que se lhes assinalava a eleição daquele com os qual se identificavam; doutro, os donos do poder, os dirigentes africanos, “os ditadores e corruptos de África [que não tinham] o direito de se fazerem convidados para esta festa” (2009, p. 214).

Sistematicamente, Mia Couto descontrói a identificação desses donos do poder com Obama. O primeiro ponto levantado se refere ao poder político tomado como refém, por ditadores que perpetuam a vigência de sua dita governança:

1. Se Obama fosse africano, um seu concorrente (um qualquer George Bush das Áfricas) inventaria mudanças na Constituição para prolongar o seu mandato para além do previsto. E o nosso Obama teria de esperar mais uns anos para voltar a candidatar-se. A espera poderia ser longa, se tomarmos em conta a permanência de um mesmo presidente no poder em África. Uns 41 anos no Gabão, 39 na Líbia, 28 no Zimbábue, 28 na Guiné Equatorial, 28 em Angola, 27 no Egipto, 26 nos Camarões. E por aí fora, perfazendo uma quinzena de presidentes que governam há mais de vinte anos consecutivos no continente. Mugabe terá noventa anos quando terminar o mandato para o qual se impôs acima do veredicto popular. (COUTO, 2009, p. 211)

Corrupção e atraso matizam essa realidade, segundo Couto. Resquícios coloniais fundam uma tradição de dominância e perpetuação de poder, muitas vezes ornada como se outra coisa fosse: democracia organizada no que há



de mais moderno. Leite assevera: “O tempo da tradição é continuamente recuperado e infiltra-se na actualidade, reformulando valores éticos, comportamentos e atitudes” (2003, p. 78). Exemplo disso, o Gabão, ex-colônia francesa, teve eleições presidenciais, entretanto em 27 de agosto de 2016, oposição e governo se diziam vencedores dessas... E se acusavam mutuamente de corrupção! De 1960 a 2016, o país teve apenas três presidentes. Robert Mugabe, citado no enxerto com um governo de 28 anos no Zimbabué, em 2013 prestou juramento para mandato por um período adicional de cinco anos. A previsão de Couto era de que Mugabe teria noventa anos quando terminasse o mandato, agora mais esses anos deverão ser somados. Em tempo: sua eleição também fora acusada de fraudulenta.

2. Se Obama fosse africano, o mais provável era que, sendo um candidato do partido da oposição, não teria espaço para fazer campanha. Far-lhe-iam como, por exemplo, no Zimbábue ou nos Camarões: seria agredido fisicamente, seria preso consecutivamente, ser-lhe-ia retirado o passaporte. Os Bushs de África não toleram opositores, não toleram a democracia. (COUTO, 2009, p. 211)

Hoje, dia 27 de outubro de 2016, enquanto finalizo este artigo, nova notícia de violência em processo eleitoral vem do continente africano, tal qual aquela referenciada por Couto: professores do município de Cuemba, na província angolana do Bié, acusam autoridades de recolher cartões de eleitores. Também hoje, o mesmo veículo noticiou que a oposição em Angola acusa irregularidades no registo eleitoral.

Paul Ricoeur explica:

Kant, sob o título "Direito de punir e de perdoar", conhece apenas a violação da lei e define a pena pela retribuição,



sendo o culpado merecedor da pena *em razão* apenas de seu crime enquanto violação da lei. Daí resulta a eliminação como parasitária de toda prestação de conta seja da correção do condenado, seja da proteção dos cidadãos. A reparação sob a forma de indenização ou outra faz parte da pena, na qual um dos critérios é fazer o culpado sofrer em razão de sua falta. Esse fazer sofrer como réplica à infração tende a ocultar o primeiro sofrimento que é o da vítima. É na direção da vítima que a ideia de responsabilidade reorienta a de imputabilidade. A imputabilidade encontra assim seu outro do lado das vítimas reais ou potenciais de um agir violento (RICOEUR, 2006, 121-122)

Se o Estado como forma organizacional de natureza política, como instituição, como entidade cujo poder soberano deve governar não somente o indivíduo, mas sua coletividade, o povo, é acusado de (na figura de seus representantes) quebrantar suas leis, violar aquilo que ele próprio instituiu, recolhendo cartões de eleitores, praticando irregularidades de registro eleitoral ou, nas palavras de Couto, agredindo fisicamente ou aprisionando opositores, então quem se tornaria responsável por imputar penas, caso se confirmem tais acusações? O poder político na África se torna refém, reitero, porém é o povo que fica sem a reparação pelos crimes que lhes são cometidos.

3. Se Obama fosse africano, não seria sequer elegível em grande parte dos países porque as elites no poder inventaram leis restritivas que fecham as portas da presidência a filhos de estrangeiros e a descendentes de imigrantes. O nacionalista zambiano Kenneth Kaunda está sendo questionado, no seu próprio país, como filho de malauianos. Convenientemente “descobriram” que o homem que conduziu a Zâmbia à independência e governou por mais de 25 anos era, afinal, filho de malauianos e durante todo esse tempo tinha governado



“ilegalmente”. Preso por alegadas intenções golpistas, o nosso Kenneth Kaunda (que dá nome a uma das mais nobres avenidas de Maputo) será interdito de fazer política e assim o regime vigente se verá livre de um opositor. (COUTO, 2009, p. 211-212)

O texto de Mia Couto é posterior a eleição de Obama, insisto, mas assustadora é sua atualidade: durante a atual campanha a presidente dos EUA, Donald Trump, um dos candidatos, questionou se o governo do atual presidente não seria ilegal, pois defendia a teoria de que Obama não havia nascido nos EUA, tendo inclusive acusado falsidade à certidão de nascimento apresentada pelo presidente. Kenneth Kaunda e Barack Obama são vítimas, mesmo em continentes diferentes, de uma negação identitária que busca lhes furtar do direito de participação social.

4. Sejamos claros: Obama é negro nos Estados Unidos. Em África ele é mulato. Se Obama fosse africano, veria a sua raça atirada contra o seu próprio rosto. Não que a cor da pele fosse importante para os povos que esperam ver nos seus líderes competência e trabalho sério. Mas as elites predadoras fariam campanha contra alguém que designariam por um “não autêntico africano”. O mesmo irmão negro que hoje é saudado como novo presidente americano seria vilipendiado em casa como sendo representante dos “outros”, dos de outra raça, de outra bandeira (ou de nenhuma bandeira?). (COUTO, 2009, p. 212)

Para Kabengele Munanga, as noções de alteridade e identidade em torno do conceito de “negritude” fundam “uma afirmação e reabilitação da identidade cultural, da personalidade própria dos povos negros” (MUNANGA, p. 2). Desse modo, cria-se uma esfera simbólica de valoração, de orgulho pelas manifestações que rememoram a ideia de uma



África poderosa, cujo passado traz ao presente os elementos culturais necessários para rejeitar a assimilação que o pensamento colonial causaria, revivificando a identidade local contrária àquela invasora.

O discurso da negritude se constitui como um fator de legitimação identitária na construção de uma entidade representativa de africanidade sobre o qual emergem contributos de ordem política, social, étnicos, ideológicos e utópicos. Entretanto, esse espírito de negritude que em África se caracteriza como legitimação, nos EUA seria de resistência identitária, “produzida pelos atores sociais que se encontram em posição ou condições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica dominante” (MUNANGA, p. 3). O que diferencia essas manifestações são as esferas de representação evocadas pelo poder dominante: nos EUA, enquanto ainda se justifica a escravidão por castigo e a maioria de seus condenados é negra ou latina, a resistência é necessária; na África, contudo, torna-se forma de instauração e manutenção de poder.

Contudo, “na pressa de ver preconceitos somente nos outros, não somos capazes de ver os nossos próprios racismos e xenofobias” (COUTO, 2009, p. 210). Seguindo as ideias de Munanga, compreendo que a necessidade de legitimação da negritude e de resgate e fortalecimento dos estados nacionais<sup>9</sup> acabam por gerar uma exacerbação responsável por criar estereótipos à visão do Outro, numa ação direta do Outro não ser o Eu, do Eu ser superior ao Outro, porquanto não cabendo esses numa mesma esfera de representação.

A não permissão de alteridade projeta o desconhecimento e a não aceitação do outro. O preconceito racial referido por Mia Couto tanto justificaria a resposta 3

---

<sup>9</sup> O recorte colonial do continente africano com o colonialismo é muito diferente do recorte que o antecedeu.



quanto a 4, à medida que evidencia o sentimento racial dos próprios africanos em relação aos mestiços, aos brancos, aos não-negros, como uma das causas dos problemas de ordem política, social e econômica que afligem ao continente africano.

(...) tanto a negritude no contexto africano como o ideal do branqueamento no contexto brasileiro, tinham um denominador comum: eram ambos resultados de um racismo universalista, que quis assimilar os africanos e seus descendentes brasileiros numa cultura considerada como superior.

A exclusão do Outro também é o mote da quinta resposta. O porquê da diferença pode não ser o racial, todavia a anulação do Outro é também responsável pela negação do protagonismo social:

5. Se fosse africano, o nosso “irmão” teria de dar muita explicação aos moralistas de serviço quando pensasse em incluir no discurso de agradecimento o apoio que recebeu dos homossexuais. Pecado mortal para os advogados da chamada “pureza africana”. Para estes moralistas — tantas vezes no poder, tantas vezes com poder — a homossexualidade é um inaceitável vício mortal que é exterior a África e aos africanos. (COUTO, 2009, p. 212-213)

Por fim, talvez a resposta mais triste:

6. Se ganhasse as eleições, Obama teria provavelmente que sentar-se à mesa de negociações e partilhar o poder com o derrotado, num processo negocial degradante que mostra que, em certos países africanos, o perdedor pode negociar aquilo que parece sagrado — a vontade do povo expressa nos votos. Nesta altura, estaria Barack Obama sentado



numa mesa com um qualquer Bush em infinitas rondas negociais com mediadores africanos que ensinam que nos devemos contentar com as migalhas dos processos eleitorais que não correm a favor dos ditadores. (COUTO, 2009, p. 213)

O “eu quero saber se meu cabelo é igual ao seu” é a necessidade de alteridade, de reconhecimento do Outro, porque o poder que recaía a Obama era legalmente atribuído, era herdeiro de toda uma construção simbólica que matizava a luta daqueles que antecederam a Obama. E, se a luta não estava ainda vencida, um enorme passo para dignificação do povo afrodescendente nos EUA havia sido dado.

“O por quem e o porquê determinam largamente o conteúdo simbólico da identidade cultural construída e sua significação para os que se identificam com ela ou se situam resolutamente fora dela”, afirmou Munanga (p. 3). A capacidade que dá aos donos do poder no continente africano dispor os caminhos de construção política atesta-se numa identidade que, cotidianamente, furta a capacidade social daqueles que lhes são contrários. Segundo Couto, uma “elite predadora” faz com que sinais herdados do espírito colonial e, antes, da tradição histórica que a antecedeu, deem origem à condição de que “apenas uma minoria de estados africanos conhece ou conheceu dirigentes preocupados com o bem público” (COUTO, 2009, p. 214).

A atestação da identidade se vincula à apreciação, à avaliação, porquanto a identificação do africano com a eleição de Barack Obama nos EUA é uma reação à condição política do continente, mediante a percepção de que a África “continuava sendo derrotada por guerras, má gestão, ambição desmesurada de políticos gananciosos” (COUTO, 2009, p. 214). O continente africano se via em Jacob Philadelphia no anseio de reconhecimento que, em última instância, era o



desejo de atestação de que africanos de todas as etnias e raças poderiam um dia comemorar como os norte-americanos comemoravam, de que os africanos poderiam um dia celebrar em sua casa aquilo que celebravam em casa alheia, a possibilidade de dignificação do continente...

A alegria de milhões de africanos, conforme Mia Couto, “nascia de eles investirem em Obama exactamente o oposto daquilo que conhecem da sua experiência com seus próprios dirigentes” (COUTO, 2009, p. 214). Se o cargo que se ocupava por Obama fora amoldado para ser ocupado por homens brancos e ele conseguira reverter essa situação, então a alegria do africano emanava da possibilidade de que cargos amoldados para os donos do poder um dia pudessem ser ocupados por Obamas africanos, mesmo que muita luta haja antes que isso aconteça.

## Referências bibliográficas

BONNICI, Thomas. *O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura* (1990-2001). 2ª ed. Maringá: Eduem, 2012.

CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHICOCA, Armando. Professores no Bié acusam autoridades de recolher cartões de eleitores. *Voa português*. 27/10/2016. Disponível em: <http://www.voaportugues.com/a/professores-no-bie-acusam-autoridades--recolher--cartoes-de-eleitor/3568726.html>.

Acesso em: 27/10/2016.

CORRÊA, Alessandra. Por que os EUA libertaram mais de 6 mil presos. *BBC Brasil*. 03/11/2015. Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151103\\_eua\\_presos\\_ac](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151103_eua_presos_ac). Acesso em: 19/10/2016.

COUTO, Mia. *E se Obama fosse africano?: e outras intervenções*. Lisboa: Caminho, 2009.



“Governo e oposição afirmam ter vencido eleição presidencial no Gabão”. *GI*. 28/08/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/08/governo-e-oposicao-afirmam-ter-vencido-presidenciais-no-gabao.html>. Acesso em: 16/10/2016.

JOBIM, José Luís. Identidade nacional e outras identidades. In.: JOBIM, José Luís e PELOSO, Silvano (Org.). *Identidade e Literatura*. Rio de Janeiro/Roma: de Letras/Sapienza, 2006.

JOSÉ, Manuel. Oposição em Angola admite fazer manifestação conjunta contra irregularidades no registo eleitoral. *Voa português*. 27/10/2016. Disponível em: <http://www.voaportugues.com/a/oposicao-angola-manifestacao-irregularidades-registo/3568401.html>. Acesso em: 27/10/2016.

LEITE, Ana Mafalda. *Literaturas africanas e formulações pós-coloniais*. Lisboa: Ed. Colibri, 2003.

MUNANGA, Kabengele. *Diversidade, identidade, etnicidade e cidadania*. Disponível em:

<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Palestra-Kabengele-DIVERSIDADEEtnicidade-Identidade-e-Cidadania.pdf>.

Acesso em: 16/10/2016.

“Queria saber se meu cabelo é igual ao seu”, disse garoto a Obama. *GI*. 24/05/2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/05/queria-saber-se-seu-cabelo-e-igual-ao-meu-diz-garoto-obama.html>. Acesso em: 16/10/2016.

PETROV, Petar. *O projecto literário de Mia Couto*. Lisboa: Clepul, 2014.

PONGOANE, Simião. Zimbabué: Robert Mugabe mais 5 anos de poder. *Voa português*. 22/08/2013. Disponível em: <http://www.voaportugues.com/a/zimbabue-robert-mugabe-mais-5-anos-de-poder/1735067.html>. Acesso em: 16/10/2016.



RICOEUR, Paul. *Percurso do reconhecimento*. Trad. Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

Trump agora acredita que Obama nasceu nos EUA, diz assessora. *GI*. 09/09/2016. Disponível em:

<http://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2016/noticia/2016/09/trump-agora-acredita-que-obama-nasceu-nos-eua-diz-assessora.html>. Acesso em: 16/10/2016.

